

APRESENTAÇÃO

A ação coletiva tem chamado a atenção de pesquisadores das ciências sociais interessados em conhecer este processo, considerando desde a sua origem ao alcance de objetivos previamente definidos. Em sentido amplo, a ação coletiva resulta da capacidade de organização política de um ou mais grupos com objetivo de gerar mudanças. Saber da sua gênese, conhecer o processo do seu desenvolvimento e seus resultados, remete às formas de organização de grupos sociais e à possibilidade de abertura a sua participação no Estado. Há uma estreita relação entre participação social e ação coletiva, que compreende formas de engajamento, processos e contextos sociais específicos.

Considerar a dinâmica das interações sociais desenvolvidas nas redes, reconhecer a capacidade de liderança e de coordenação de grupos sociais organizados em torno de suas demandas, identificar as formas de relacionamento entre os indivíduos, incluindo as disputas de interesses e manifestações de afeto, inclina o foco para a análise de situações e de seus significados, permitindo a identificação de elementos como cooperação, solidariedade, confiança, imprescindíveis ao engajamento na ação coletiva.

Como afirmou Isaac Joseph¹, dois tipos de movimentos podem ser reconhecidos nas democracias: os movimentos sociais e os movimentos da vida social. Estes são os movimentos do cotidiano, enquanto aqueles constituem-se como momentos privilegiados da ação coletiva. Enquanto os movimentos sociais surgem da comunicação entre os atores e voltam-se contra a ordem social estabelecida, os movimentos da vida social reproduzem a ordem na medida em que uniformizam os comportamentos nos espaços públicos, quase automaticamente.

Os movimentos sociais são influenciados pelo urbano e compreendem um trabalho contínuo das democracias, criando a possibilidade de sua renovação. Os chamados novos movimentos sociais, criados a partir dos anos 1960, multiplicaram as demandas de diversos grupos sociais, que passaram a exercer pressão política a fim de provocar mudanças na superestrutura. Esta tendência permanece e torna-se mais complexa com as novas tecnologias e o uso das redes sociais, que alteram os protocolos da ação. Neste processo, os públicos vão-se formando, criando e recriando repertórios para ação coletiva.

1 Pluralisme et contiguïtés. In: Daniel Cefaï et Isaac Joseph. *L'héritage du pragmatisme. Conflits d'urbanité et épreuves de civisme*. Paris: Editions de l'Aube, 2002.

Tratar da temática das ações coletivas e das mudanças sociais é importante, pois implica numa avaliação da capacidade dos diferentes grupos se organizarem, reivindicarem seus direitos e serem atendidos, requerendo a compreensão da relação entre democracia e cultura, que, do Brasil, acaba revelando as nossas dificuldades na construção de uma democracia de alta densidade.

Este dossiê analisa a relação entre ação coletiva e mudança social a partir de textos que trabalham numa perspectiva teórica e textos que são resultados de pesquisas empíricas. Rosiane Rodrigues de Almeida, com base no método etnográfico do Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana (FONSANPOTMA), trata das mudanças relacionadas com as formas de reivindicação e garantia de direitos dos religiosos de matriz afro no Brasil.

Diego Ricardo de Assunção Velho, Fernanda Moraes e Marco Antonio Perruso fazem uma revisão de interpretações das jornadas de junho de 2013, enfatizando o seu significado político, destacando a pouca produção acadêmica sobre este acontecimento, inclusive diante do que se sucedeu na política posteriormente.

Diego Carvalhar Belo apresenta os resultados de uma pesquisa realizada com grupo focais de comunidades pesqueiras de municípios da Bacia de Campos, no Estado do Rio de Janeiro. Analisou a participação dos pescadores artesanais na Colônia de Pesca e nas Associações de Pescadores, que são espaços coletivos de demandas e ações públicas considerando suas dificuldades de mobilização e organização política em razão de crenças, do trabalho e do modo de vida destes pescadores.

A análise das técnicas e procedimentos das políticas institucionais em processos participativos do Conselho Gestor de Políticas Públicas e do Plano Diretor foi feita por Rachel Carvalho e Sandra Rangel de Souza Miscali, que se concentraram sobre as condições favoráveis e as limitações que geram na formulação de políticas públicas.

O processo de formação do sujeito político coletivo na comunidade quilombola de São Benedito, a partir da sua interação com movimentos sociais e outras instituições é analisado por Fernanda Sabino. Sua pesquisa teve o objetivo de compreender os papéis desempenhados por estes atores, com base na interação, capacidade de mobilização e de circulação da informação numa rede, capaz de ligar uma cidade pequena a agentes de outras cidades.

Luíza Cassiano Rangel e Ludmila Gonçalves da Matta contribuem neste dossiê com um *survey* sobre o Conselho Municipal de Educação, apresentando o perfil, a composição, as atribuições e as suas funções, a fim de realizar uma avaliação, como órgão participativo, da sua capacidade de reverter a posição do município de Campos dos Goytacazes no IDEB.

Guilherme Sandoval Góes e Lier Pires Ferreira analisam o sentido da globalização neoliberal no Estado Democrático de Direito, considerando que além das distorções governamentais de caráter político e jurídico, provoca o obscurecimento das organizações sindicais e associativas.

Em síntese, o leitor terá a sua disposição diferentes pesquisas e análises sobre a temática da ação coletiva e da mudança, um estudo que acrescenta ao debate da democracia no Brasil, pensada não em sentido estritamente normativo, mas referenciada a partir das experiências concretas de participação.

Vânia Morales Sierra

Coordenadora deste dossiê